

NOSSA AGECEF

O Jornal da Associação dos Gestores da Caixa - Bahia

Nº 33 - Maio de 2017



Presidente: Antônio Vianna

Caixa: tesouro dilapidado

A atual gestão da Caixa dilapida um dos maiores tesouros do Brasil. Reduz o quadro de pessoal, prepara o fechamento de agências e impõe medidas arbitrárias aos empregados. Intenção é desmontar para vender. Página 3





Fraudes na FUNCEF devem ser apuradas

Depois de alguns anos longe das páginas policiais, a FUNCEF voltou ao centro das atenções com a Operação Greenfield, deflagrada pela Polícia Federal em setembro do ano passado, e que investiga desvio dos fundos de pensão. O valor estimado é de, pelo menos, R\$ 1,7 bilhão.

As investigações foram motivadas, de acordo com a PF, após a revelação da causa de

déficits bilionários de fundos de pensão. "De 10 casos, oito são relacionados a investimentos realizados de forma temerária ou fraudulenta pelos fundos de pensão, por meio dos FIPs (Fundos de Investimentos em Participações)", disse a polícia na época.

Agora, depois de quase um ano, a FUNCEF fez um acordo de leniência, que deve ser assinado

nos próximos dias. A Fundação, única a participar da força-tarefa, deve ingressar com pedido de reparação civil e responsabilidade administrativa. Pelo acordo, o grupo J&F deve pagar à FUNCEF de R\$ 8 bilhões. A quitação começa em dezembro deste ano. O total estipulado na negociação representa 5,62% do faturamento livre de impostos registrado pelas empresas do

grupo em 2016.

Diante dos fatos, divulgados na última semana de maio, a AGECEF-BA enviou ofício, por intermédio da FENAG, à Procuradoria Geral da República, cobrando providências enérgicas na apuração das fraudes. A Associação também espera a recuperação dos valores desviados, além de exigir rigorosa punição aos envolvidos. Confira nota abaixo.

Exmo. Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros
M.D. Procurador-Chefe da Procuradoria da República do Brasil

Os empregados da Caixa Econômica Federal, representados pela FENAG e, na condição de participantes e assistidos da Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF, vêm trazer a V.Exa. a expectativa de vislumbrar tanto quanto possível, a reparação dos prejuízos impostos ao seu fundo de pensão pelas ações delinquentes praticadas por ex dirigentes da Fundação, dirigentes de diversas empresas e políticos que se locupletaram por anos do patrimônio econômico construído pelo esforço de cada empregado da Caixa Econômica Federal e da própria instituição na condição de patrocinadora, para garantir suas aposentadorias com dignidade, segurança e tranquilidade para as suas famílias, além de fomentar grandes investimentos estruturantes e gerar milhares de empregos para os cidadãos.

Em decorrência das diversas operações delituosas identificadas em investigações como a "Lava-Jato", "Greenfield" e outras, as quais impuseram resultados patrimoniais negativos nos últimos balanços financeiros do nosso Fundo de Previdência, além das contribuições correntes pactuadas, cada empregado da Caixa, assim como a própria empresa na mesma proporção, vêm aportando contribuições mensais extras significativas para atender a sustentabilidade e o equilíbrio atuarial dos diversos planos de aposentadoria administrados pela FUNCEF, contribuições estas que se estenderão por muitos anos de forma insustentável e injusta.

Ainda que a atual Diretoria da FUNCEF, na condição de assistente de acusação, esteja demonstrando a necessária proatividade e transparência colaborando com a produção de provas e reivindicando os prejuízos apurados, a partir das delações premiadas e acordos de leniência, cabe a todos nós empregados da Caixa, ativos e aposentados, pela gravidade da situação, se posicionar de forma enfática e irredutível a favor da investigação exemplar na forma em que esse Ministério Público Federal vem apurando os fatos, não só pela necessária reparação financeira, visando recompor o patrimônio da Fundação, como também a moral, a qual nos instiga particularmente, sobretudo por considerarmos que o corpo diretivo da FUNCEF, na sua maioria sempre é composto por empregados da Caixa, os quais, no desempenho das suas atividades nessa empresa pública federal, incessantemente, estão comprometidos com a credibilidade, transparência e ética perante à sociedade.

ANTÔNIO JOSÉ VIANNA DE OLIVEIRA
Presidente - AGECEF-BA
Gestão Bahia Participativa

AGECEF-BA debate gestão da Caixa

A atual gestão da Caixa tem preocupado muito os gestores, na linha de frente das agências. São muitas perguntas e poucas respostas. Atenta às questões que envolvem o segmento e o banco, a AGECEF-BA (Associação de Gestores da Caixa) amplia os esforços para que os direitos sejam devidamente respeitados.

Para avançar nos debates com a empresa, é fundamental que os gestores estejam unidos. A participação nas reuniões é o primeiro passo. É nos círculos de discussões que dúvidas podem ser tiradas e estratégias construídas para levar à direção da Caixa.

Foi o que aconteceu no último encontro, realizado em maio, na AGECEF-BA. A casa estava cheia. A preocupação era evidente. Não é para menos. As medidas da direção do banco mexem diretamente com a rotina de trabalho. A verticalização e o RH 184 têm mudado a rotina. Os gestores trabalham no fio da navalha. Muitos já sentem os estragos que são devastadores, afinal mexem com a renda de toda uma família.

Tanto a verticalização quanto o RH 184 têm como finalidade reduzir o salário. Na verticalização, por exemplo, para continuar na função, portanto com a mesma remuneração, o gerente Pessoa Jurídica é obrigado a ter uma carteira de, no mínimo, 300 contas qualificadas. Já o Pessoa Física tem de ter uma carteira com 900 contas qualificadas.

O objetivo do banco é reduzir os custos, com a perda de função. Isso porque, o gestor que não bater a meta é descomissionado. A medida é abusiva, mas é importante que os gestores sigam as orientações para manter a carteira.

O normativo RH 184 é outro problema. Mas, de acordo com o advogado Arnaldo Costa Júnior, uma súmula do TST (Tribunal Superior do Trabalho) garante a incorporação do salário para os trabalhadores com 10 anos ou mais de função. Portanto, a Caixa pode até tentar descomissionar, mas no âmbito jurídico perde a causa.

Ele chama atenção ainda para as ameaças da Caixa, que agora tenta impedir os empregados de ajuizarem ação contra o banco, condicionando à função. Uma prática inconstitucional. Porém, o RH 184 ainda tem outras cláusulas absurdas. Um dos itens prevê que o empregado afastado por doença, no retorno ao tra-



balho, não pode assumir a mesma função. Também proíbe aquele que não saldou o REG/REPLAN de receber comissão.

Os problemas, no entanto, vão além da Caixa. O advogado Arnaldo Costa Júnior alerta que é fundamental lutar contra a reforma trabalhista. Um dos pontos da proposta, que acaba com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), prevê o fim da estabilidade econômica. Em outras palavras, acaba com a incorporação de salário para os trabalhadores com 10 anos ou mais de função. Também impede que o empregado busque os direitos na Justiça do Trabalho.



Paulo.

A programação inclui debates importantes, como a defesa dos bancos públicos no atual cenário do país. Está claro que o governo de Michel Temer tem adotado medidas para o desmonte das empresas, com o fe-

chamento de agências, queda do número de empregados e redução dos salários com perda de função. Portanto, é hora de construir a unidade e preparar a luta contra estas ações. O encontro é aberto a todos os empregados da Caixa.

Encontro dos Bancos públicos prepara bancários para o CONECEF

Os empregados da Caixa devem manter a unidade para buscar soluções para o atual momento vivenciado na empresa. O Encontro dos Bancos Públicos é uma ótima oportunidade de os bancários da Bahia debaterem e construir uma pauta a ser levada para o CONECEF (Congresso Nacional dos Empregados da Caixa).

O evento acontece no dia 17 de junho, a partir das 9h, no Sindicato dos Bancários da Bahia, nas Mercês. A AGECEF-BA (Associação dos Empregados da Caixa) convida todos os associados a participarem. É no encontro que serão eleitos os delegados que vão para o CONECEF, que acontece entre 30 de junho e 2 de julho, em São

Uma luta de todo povo brasileiro

O Brasil passa por um momento delicado. A economia vai mal. O desemprego cresce. O poder de compra diminui. As empresas públicas correm risco. Difícil achar um brasileiro satisfeito com o atual cenário político e econômico.

Mas, para mudar, é preciso que cada um faça a sua parte na luta diária. Pressionar o Congresso Nacional. Ficar de olho no trabalho dos parlamentares que ajudou a eleger. Cobrar responsabilidades com a sociedade são iniciativas que valem muito a pena.

Não dá para ver projetos que retiram direitos serem votados e aprovados, muitos na calada da noite, sem ampla discussão com a população, e não fazer nada.

A Associação dos Gestores da Caixa tem alertado para as consequências das



propostas. Nesta edição, o jornal **Nossa AGECEF-BA** trata um pouco mais sobre a terceirização, já sancionada pelo presidente Michel Temer, a reforma trabalhis-

ta e a reforma da Previdência. Essas duas ainda em discussão no Congresso Nacional. Ainda é tempo de se evitar o pior. Basta a sociedade cobrar com firmeza.



A Terceirização

Com a terceirização, as relações de trabalho ficam sob o julgo do contrato entre as partes já sob o regime terceirizado, portanto não garante cobertura, em lei, para os direitos trabalhistas, como está garantido na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). O §2º, Art. 2º é mais preocupante ao afirmar que, uma vez instaurado o contrato terceirizado, não se configura vínculo empregatício entre a empresa e os trabalhadores. A não existência de vínculo significa a não obrigatoriedade de cobertura dos trabalhadores em relação aos direitos trabalhistas. E o contrato é válido para instituições e autarquias públicas e empresas públicas e privadas, homens e mulheres.

Em síntese, a terceirização pode implicar em menores salários, comprometimento das férias, 13º salário, licença-maternidade, seguro-desemprego. Isso significa que passa a ser um trabalhador mais fragilizado e precarizado frente aos patrões.

Reforma trabalhista

Assim como a lei da terceirização, a reforma trabalhista altera também o Decreto-Lei Nº 5.452 de 1º de Maio de 1943, que normatizou as relações de trabalho, pela primeira vez, no Brasil. Na essência, a proposta tem como justificativa “valorização da negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores”. A negociação coletiva entre trabalhador e patrão significa, em outras palavras, negociação de mercado, sem a cobertura normativa em lei que até agora assegura as relações de trabalho.

Um dos objetivos da reforma é evitar que os trabalhadores recorram à Justiça do Trabalho com ações trabalhistas, mas que, ao contrário, as pendências trabalhistas se resolvam no próprio ambiente de trabalho (local desfavorável para o trabalhador).

O objetivo desta reforma é promover maior flexibilidade no processo de contratação de trabalhadores por meio das negociações coletivas, ampliando mais ainda as contratações via trabalho temporário.



Reforma da Previdência

A proposta da reforma da Previdência decorre de 4 argumentos: 1) déficit; 2) aumento da expectativa de vida; 3) aposentadoria precoce; 4) fraude.

A Previdência Social é um dos elos que, juntamente com o Sistema de Saúde e de Assistência Social, forma o Sistema de Seguridade Social. O déficit da Previdência é o resultado do saldo entre a arrecadação de empregados e empregadores e o valor total de benefícios pagos. O problema é que a reforma coloca a conta no colo do trabalhador, uma vez que aumenta a idade mínima para aposentadoria (65 anos homens e 62 anos mulheres), e o tempo de contribuição para 40 anos, inviabilizando o benefício para milhões de brasileiros.